

mudar a



publicação do graal



28.

AGOSTO/SETEMBRO 1980

- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*

UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DO HOMEM

O IMPÉRIO DA ECONOMIA

A pedra de toque daquilo que para mim é uma sociedade nova está no conteúdo que fomos capazes de dar a esta afirmação simples: **não é o Homem que está ao serviço da economia; é a economia que está ao serviço do Homem.** Esse o grande desafio que hoje se coloca à nossa responsabilidade histórica, à nossa coerência, à nossa criatividade.

Para o cidadão comum de hoje a economia é a força mágica, incompreensível, que determina e controla a sua vida. Dizem-lhe os técnicos que a inflação sobe ou desce, que a balança de pagamentos é excedentária ou deficitária. Mas tudo isso se passa para além da sua capacidade de controlo ou intervenção. Tudo está codificado numa linguagem que não é a sua. Tudo está infinitamente longe daquilo que verdadeiramente o preocupa: fechar ou não, sem sobressalto, as contas do fim do mês.

Arvorada em valor e meta de toda a vida social, a economia penetra todas as esferas do nosso dia-a-dia. Definimo-nos como produtores e consumidores de bens e de serviços. Adquirimos estatuto pela riqueza que acumulamos. Projectamos o nosso futuro em função de um emprego mais bem remunerado, de uma reforma mais segura, de uma herança estável a deixar aos que vierem depois.

Porque a racionalidade económica é a grande lei que rege o nosso universo, aceitamos quantificar tudo o que somos ou fazemos. Medimos o nosso rendimento no trabalho, o número de relações que temos, o número de horas que gastamos com a família ou os amigos. E mais: seduzidos pela lógica mercantil que a propaganda nos impõe, tendemos a só atribuir valor ao que é monetariamente contabilizável. O trabalho que as mulheres realizam nas fábricas ou nos serviços, quando dependem as suas capacidades e energias por conta de outrém, é trabalho «com valor».

O trabalho que as mesmas mulheres realizam em casa, desdobrando-se nas múltiplas tarefas que asseguram a subsistência e o bem estar familiar, é trabalho «sem valor».

Fruto da racionalidade económica é também a excessiva compartimentação da vida a que estamos sujeitos. Trabalho, estudo, família, tempos livres — tudo tem o seu tempo e o seu lugar bem determinados. E porque tudo é sectorializado, unidimensionado, programado, os efeitos negativos que as diferentes políticas têm umas sobre as outras, passam despercebidos.

Só assim se compreende o alheamento dos políticos face aos custos sociais de certas medidas de crescimento económico. Só assim se explica (se é que há explicação) a generalizada e criminosa inconsciência colectiva face aos custos naturais do mesmo crescimento, num momento em que a exaustão de certos recursos não renováveis está à vista e em que a ameaça de uma crise universal de proporções insuspeitadas se torna cada vez mais próxima.

Inútil dizer que em tudo isto a grande vítima é o homem e só o homem. Convertidos em instrumentos de uma máquina que não dominamos, tornamo-nos todos monotonamente iguais, banalizados, estandardizados, por um sistema que nos encaminha para valores e para objectivos que não escolhemos mas que nos sentimos incapazes de recusar. A massificação da vida de que todos nos queixamos não é senão uma consequência inevitável do primado da eficácia e da rentabilidade sobre a realização pessoal e colectiva. Como produtores de riqueza somos todos «cidadãos-padrão». Nada daquilo que nos individualiza, que nos torna diferentes uns dos outros, vem à superfície.

Ora nivelar aquilo que somos é esvaziar-nos da nossa singularidade criadora. Daí que as sociedades onde reina o império da economia sejam sociedades

em que os caprichos da moda são lei, em que os ditames da propaganda são modelo, em que «fugir à regra» é ser exótico ou subversivo.

DIMENSÃO PLANETÁRIA

A perversidade intrínseca do sistema que acabo de denunciar, torna-se particularmente flagrante quando se analisa a situação económica ao nível do planeta:

- Segundo dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura (FAO), há hoje cerca de um bilião de seres humanos que vive abaixo do nível mínimo da pobreza absoluta (o que quer dizer que em cada **três** homens **um** acaba o dia sem se ter alimentado minimamente).
- A Organização Internacional do Trabalho (BIT) regista, neste momento, no mundo, 300 milhões de desempregados (o que, incluindo as respectivas famílias, aponta para cerca de um bilião de pessoas que não dispõem de um salário mínimo para viver).
- De acordo com o relatório da Comissão «Norte-Sul», presidida por Willy Brandt: um terço da humanidade dispõe apenas de 3 % das receitas mundiais;

os 6 % da população mundial que vive nos Estados Unidos da América consomem 55 % dos recursos naturais do globo; a Suécia, com os seus dez milhões de habitantes, consome mais energia eléctrica do que a Índia, com 600 milhões; só as instalações de ar condicionado dos Estados Unidos da América consomem mais energia do que toda a população da China, com 850 milhões de habitantes...

Seria fácil multiplicar os indicadores, mas não é isso que aqui nos interessa. Interessa-nos, sim, sublinhar o carácter escandaloso, senão absurdo, que certos sintomas da crise revestem. Basta lembrar, por exemplo, que se 0,5 % das despesas militares de um ano, em todo o mundo, fossem aplicadas em máquinas agrícolas isso seria suficiente para que os países de mais baixo PNB atingissem o nível da auto-suficiência alimentar. Basta lembrar que o custo de um só bombardeiro chegaria para instalar 40 mil farmácias de aldeias, em locais até agora desprovidos de qualquer cobertura sanitária...

É caso para nos perguntarmos, honestamente, que valor atribuímos, afinal, à vida humana. Quem defende, de facto, os Direitos do Homem? Que economia é esta que assim nos sujeita à tirania do consumo, da massificação e da miséria?

QUE DIFERENÇA ?

Moralmente não há qualquer diferença entre a morte de alguém na guerra e a sua condenação à morte por causa da indiferença dos outros.

O que limita a nossa resposta ao desafio posto por esta situação mundial? Não são certamente as soluções técnicas — já largamente divulgadas. O que está em causa é a não existência de um

conhecimento claro, generalizado, da realidade e a ausência de vontade política para pôr em marcha as soluções necessárias.

*Willy Brandt
in North-South: a programme
for survival
Pan Books 1980*

UTILIDADE SOCIAL

O primado do humano sobre o instrumental económico conduz necessariamente a repensar todo o conjunto das actividades consideradas «económicas» à luz do critério fundamental que é a **utilidade social do empreendimento**.

Que significa tal afirmação? Significa que a produção de bens, a criação de riqueza, ficam subordinadas à interrogação crítica: é ou não útil aos homens?

Temos de convir que a escolha dos bens produzidos não obedece em Portugal nem à vontade popular em cada zona (ou sub-zona) do país — basta percorrer o país e discutirmos com as populações para o verificarmos — nem sequer a uma racionalidade global que perspetive no tempo a criação da riqueza e a orientação da produção. Uma das tarefas mais urgentes que vêm a ser apontadas pelos grupos que, em Portugal, procuram repor a economia no lugar instrumental que lhe cabe é a **reconversão pro-**

ductiva do País. Interessam as actividades produtivas que introduzem no mercado bens com significado social. Interessam as actividades que comportam logo à partida um factor de redistribuição da riqueza.

Somos assim levados a pôr também em questão o modo de produção. A organização da produção, as condições em que é efectuada, a conjugação de uma dimensão minimamente rentável da unidade produtora com a sua virtual função humanizante, são aspectos que determinam, mediata e imediatamente, a utilidade social da actividade produtiva. Quando os investimentos são orientados só para o lucro ou para o crescimento económico, quando o custo social é menosprezado — quer no que se refere à saúde e bem-estar das pessoas, quer no tocante ao equilíbrio e possibilidade de renovação dos recursos naturais — a utilidade social do investimento é, pelo menos, duvidosa.

Repensar o modo de produção significa ainda, considerar ultrapassado o simplismo que identifica o «sistema económico» com a propriedade dos meios

de produção. Essa identificação era justificada e legítima no início da industrialização em que a produção seguia prioridades claras: exploração dos recursos naturais, produção de energia, implantação das chamadas indústrias de base. Hoje a imensa diversidade dos produtos nada diz sobre as prioridades, subvertendo mesmo o que até há 20 ou 30 anos eram normas tradicionais do processo de industrialização. Por isso, a fixação obsessiva das preocupações sobre a orientação da economia na determinação da propriedade dos meios de produção desvia, em meu entender, a atenção para uma única questão, quando outras, igualmente decisivas, estão em causa. A determinação das áreas de propriedade pública, privada ou cooperativa vai de par com a evolução do processo de industrialização e não pode separar-se da definição dos bens a produzir.

Finalmente a produção obriga ainda a equacionar de forma muito clara a questão de saber a quem vai beneficiar o que se produz. Há que entrar em linha de conta com factores muito diversos: os hábitos e as tradições nacionais e regionais, a conjugação da protecção dos portugueses com o estímulo ao fluxo turístico, as necessidades dos mercados internos e as tendências dos mercados externos.

Elemento decisivo é o direito que assiste aos povos de **controlo social dos recursos naturais**. Se esse direito é hoje um ponto chave na paz mundial e na descoberta de um novo tipo de relações económicas entre os Estados, ele não é menos importante no interior de cada Estado. Quer se trate do risco de poluição de rios e afluentes, quer se trate da salvaguarda do stock de águas subterrâneas, quer se trate de outros aspectos mais sofisticados da grave questão do esgotamento previsível dos recursos naturais, o povo tem aí um papel determinante. O património natural está-lhe confiado com tanta ou mais evidência que o património cultural. E da intendência de tais bens todos devemos ser responsáveis.

O PRIMADO DAS NECESSIDADES BÁSICAS

Uma economia ao serviço do Homem é, antes de mais, uma economia ao serviço da satisfação das necessidades básicas de cada indivíduo e dos homens e das mulheres enquanto colectividade.

MENSAGEM VITAL

O desenvolvimento concebido numa perspectiva humana, global, revela-se importante não só na perspectiva do alívio directo da miséria, mas também na perspectiva do aumento dos rendimentos dos pobres e do crescimento do PNB.

A mensagem vital a que o balanço económico de hoje nos conduz é a de que certas medidas que desde há muito sabemos que são moralmente

Essas necessidades são, em primeiro lugar as necessidades de ordem material que asseguram o bem estar mínimo de cada cidadão: alimentação, saúde, vestuário, habitação. Mas são também necessidades de ordem não material, sem as quais a realização humana ficaria irremediavelmente mutilada: educação, ciência, acesso aos bens da cultura, comunicação.

Longo e difícil tem sido o debate em torno dos chamados «patamares mínimos» de resposta às necessidades básicas. Argumentam uns que elas não podem definir-se abstractamente e que não são, portanto, generalizáveis. Defendem outros que a universalidade da experiência humana se sobrepõe, onde quer que seja às diferenças legítimas e desejáveis... No quente da controvérsia, actuam como moderadores os que, qualquer que seja a sua ideologia, defendem a «colagem ao real», como critério aferidor.

É que a noção de «necessidades básicas» implica, necessariamente, o primado da experiência sobre a teoria, a prioridade dos factos sobre os números e, como consequência lógica, a auscultação e a participação populares.

Ninguém pode decidir por outro quais são as suas necessidades. Por isso, basear a economia na resposta às necessidades básicas é, fundamentalmente, defender uma planificação participada, construída a partir dos consumidores e não dos técnicos, ditada pelo sentir comum nacional e não pelas imposições de organismos externos.

Uma estratégia do desenvolvimento baseada sobre a satisfação das necessidades básicas repousa, assim, sobre três instrumentos fundamentais:

1. A participação das populações na detecção das necessidades e na indicação dos caminhos de resposta (a elas cabe formular o que é preciso produzir e com que recursos).
2. A criação das infra-estruturas necessárias à produção dos bens e serviços essenciais e o consequente acesso a empregos úteis e devidamente remunerados.
3. A utilização de tecnologias apropriadas, capazes de salvaguardar a autonomia e a identidade de cada grupo social, nas suas negociações com outros.

correctas — como a extensão da educação primária, por exemplo — provam hoje ser também as medidas que economicamente fazem mais sentido.

Robert McNamara

in «World Development Report»

1980



DO PLANO AO ORÇAMENTO

A opção clara pela satisfação das necessidades básicas traduz-se operacionalmente no Plano, Plano que se torna cada vez mais, na gestão das coisas públicas, um quadro de referência das escolhas e uma garantia da estabilidade das instituições que as viabilizam.

É ao Plano que cabe fornecer os objectivos a médio prazo, equacionando-os em termos da problemática internacional, nacional e regional em que se inserem. É no Plano que se cruzam intersectorialmente as grandes áreas das actividades culturais, sociais e económicas e que se torna transparente a sua coerência interna e a sua fundamental interdependência.

Como primeiro elemento institucional que garante, com continuidade, a satisfação das necessidades básicas, o Plano apresenta-se obviamente como a resultante de forças aspirações e desejos que são necessariamente contraditórios como é todo o real.

O respeito pela afirmação de que a soberania reside no povo não se pode limitar hoje ao exercício do direito de voto em eleições periódicas. Sendo o Plano um instrumento decisivo na actuação do Estado moderno, cabe ao povo fornecer os elementos fundamentais para as grandes escolhas globais e para o restabelecimento dos equilíbrios regionais. A intervenção dos técnicos — paradigmática no Plano de toda a sua intervenção na gestão da coisa pública — deverá canalizar-se, cada vez mais, no sentido de fornecer à vontade popular os instrumentos adequados à sua tradução técnica.

Segundo a Constituição da República Portuguesa (art. 91.º) «a organização económica e social do país deve ser orientada, coordenada e disciplinada pelo Plano». Daqui decorre, cristalinamente, uma importante consequência: a inter-relação estreita entre o Plano e o Orçamento Geral do Estado. Para que tal relação seja biunívoca — impedindo que a feitura do OGE se torne, nas mãos de governantes menos rigorosos, numa arma de manipulação oportunista — é indispensável que o Plano se traduza em cada ano num Programa de Acção para o qual é estabelecido um Orçamento. É com base na clareza da relação Plano-Programa-Orçamento que se afirma hoje que o Orçamento é o mais claro espelho das verdadeiras intenções de quem governa.

AUTO-SUFICIÊNCIA INDIVIDUAL E COLECTIVA

Uma economia ao serviço do Homem está intimamente associada ao conceito de auto-suficiência individual e colectiva. (Por auto-suficiência entendo o direito de cada um dominar a sua própria existência e o direito de cada nação se determinar a si própria).

A auto-suficiência individual decorre, em primeira mão, da nossa capacidade de sermos **sujeitos econó-**

micos conscientes, aptos a fazer escolhas e a recusar energicamente, a passividade submissa que a massificação impõe. Ser auto-suficiente não é só, nem necessariamente, cada um bastar-se a si próprio. É antes, e sobretudo, cada um ser plenamente pessoa: pessoa que produz, mas que também convive; pessoa que consome, mas que também cria; pessoa que trabalha, mas que também contempla.

Para tal, exige-se uma subversão corajosa de valores, de modo a que o ciclo da produção/acumulação/consumo seja definitivamente quebrado. Se é a economia que serve o homem e não vice-versa, todos os cidadãos terão que assumir-se como eixo vital do sistema social em que se movem. Falar-se-á então de economia ao serviço do desenvolvimento e não do «desenvolvimento económico» como objectivo final de todas as políticas. Falar-se-á de objectivos e metas culturais do crescimento com a consciência de que a cultura é a produção específica por excelência do fenómeno social humano e de que só a ela poderão ser adequadamente referidos todos os vectores da vida em sociedade.

Paralelamente, o conceito de auto-suficiência colectiva decorre, basicamente, da consciência da identidade e da dignidade nacionais face aos modelos que, de fora para dentro, se pretendam impôr-se-lhes. O exemplo da actuação do Fundo Monetário Internacional é flagrante. Os países que se submetem dócil e passivamente às suas imposições são rapidamente olhados como «objecto-de-ajuda», de quem tudo é possível exigir. Os países que, pelo contrário, sabem sustentar o diálogo com a convicção segura de quem representa uma história e um modo de ser próprios, são respeitados como interlocutores paritários, permitindo que a «ajuda» se converta em instrumento de solidariedade. O próprio director do FMI dizia, de resto, em Julho de 79, perante o Conselho Económico e Social da ONU: «as condições impostas pelo FMI devem tomar em linha de conta os objectivos políticos e sociais de cada país bem como as suas prioridades económicas».

A auto-suficiência colectiva não é, em caso algum, uma forma de egoísmo a muitos ou de nacionalismo estreito e exacerbado. É, pelo contrário, caminho para uma maior inter-ajuda entre os povos, afirmação da autonomia e do respeito devidos aos que têm menos como aos que têm mais.

Só relações de verdadeira interdependência permitirão que a economia reencontre o seu lugar instrumental ao serviço do bem comum. Só a abertura dos espíritos e das consciências a valores planetários de justiça e de equidade conduzirá a economia para o seu horizonte último: o desenvolvimento de «todo o homem e de todos os homens».

Maria de Lourdes Pintasilgo

Conferência na Amadora em 3.6.80

Publicação mensal. Assinatura anual: 100\$00; estrangeiro 180\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes.

Propriedade e administração: GRAAL — Al. S.º António dos Capuchos, 6, 2.º-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas-Coop. de Trab. Gráficos, scarl.